

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação, a marcação de duas ou mais opções ou a marcação de opção em discordância com o gabarito oficial definitivo não serão penalizadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

Texto 1A1AAA

1 Ainda existem pessoas para as quais a greve é um
 “escândalo”: isto é, não só um erro, uma desordem ou um
 delito, mas também um crime moral, uma ação intolerável que
 4 perturba a própria natureza. “Inadmissível”, “escandalosa”,
 “revoltante”, dizem alguns leitores do **Figaro**, comentando
 uma greve recente. Para dizer a verdade, trata-se de uma
 7 linguagem do tempo da Restauração, que exprime a sua
 mentalidade profunda. É a época em que a burguesia, que
 assumira o poder havia pouco tempo, executa uma espécie de
 10 junção entre a moral e a natureza, oferecendo a uma a garantia
 da outra. Temendo-se a naturalização da moral, moraliza-se a
 natureza; finge-se confundir a ordem política e a ordem
 13 natural, e decreta-se imoral tudo o que conteste as leis
 estruturais da sociedade que se quer defender. Para os prefeitos
 de Carlos X, assim como para os leitores do **Figaro** de hoje, a
 16 greve constitui, em primeiro lugar, um desafio às prescrições
 da razão moralizada: “fazer greve é zombar de todos nós”, isto
 é, mais do que infringir uma legalidade cívica, é infringir uma
 19 legalidade “natural”, atentar contra o bom senso, misto de
 moral e lógica, fundamento filosófico da sociedade burguesa.
 Nesse caso, o escândalo provém de uma ausência de
 22 lógica: a greve é escandalosa porque incomoda precisamente
 aqueles a quem ela não diz respeito. É a razão que sofre e se
 revolta: a causalidade direta, mecânica, essa causalidade é
 25 perturbada; o efeito se dispersa incompreensivelmente longe da
 causa, escapa-lhe, o que é intolerável e chocante. Ao contrário
 do que se poderia pensar sobre os sonhos da burguesia, essa
 28 classe tem uma concepção tirânica, infinitamente suscetível, da
 causalidade: o fundamento da moral que professa não é de
 modo algum mágico, mas, sim, racional. Simplesmente,
 31 trata-se de uma racionalidade linear, estreita, fundada, por
 assim dizer, numa correspondência numérica entre as causas e
 os efeitos. O que falta a essa racionalidade é, evidentemente,
 34 a ideia das funções complexas, a imaginação de um
 desdobramento longínquo dos determinismos, de uma
 solidariedade entre os acontecimentos, que a tradição
 37 materialista sistematizou sob o nome de totalidade.

Roland Barthes. *O usuário da greve*. In: R. Barthes. *Mitologias*.
 Tradução de Rita Buongermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio
 de Janeiro: DIFEL, 2007, p. 135-6 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com relação às ideias do texto 1A1AAA, assinale a opção correta.

- A** Infere-se do texto que seu autor considera a greve um crime moral, um delito contra a natureza do mundo e da sociedade.
- B** Argumenta-se, no texto, em favor de uma lógica natural que explique a articulação das tensões sociais que a greve manifesta.
- C** Conclui-se do texto que a intolerância com relação à greve advém da ignorância da complexidade de seus efeitos sobre os membros de uma sociedade.
- D** De acordo com o texto, a percepção do senso comum sobre a burguesia é a de que esta é uma classe social cujos membros são caracterizados pelo comportamento tirânico e dominador.
- E** Infere-se do texto que é inadequada a aplicação do pensamento racional à compreensão das relações sociais.

QUESTÃO 2

Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto 1A1AAA caso se substituísse o trecho

- A** “Temendo-se” (l.11) por **Se temendo**.
- B** “finge-se confundir” (l.12) por **finge confundir-se**.
- C** “decreta-se” (l.13) por **se decreta**.
- D** “que se quer defender” (l.14) por **que quer defender-se**.
- E** “se poderia pensar” (l.27) por **poderia-se pensar**.

QUESTÃO 3

Sem prejuízo para a correção gramatical e para as informações veiculadas no texto 1A1AAA, poderia ser suprimida a vírgula empregada imediatamente após

- A** ‘revoltante’ (l.5).
- B** “Carlos X” (l.15).
- C** “sim” (l.30).
- D** “fundada” (l.31).
- E** “acontecimentos” (l.36).

QUESTÃO 4

No texto 1A1AAA, com o emprego da forma verbal “assumira” (l.9), exprime-se

- A** a continuidade de uma ação ocorrida no passado.
- B** a concomitância de uma ação em relação a outra.
- C** o resultado presente de ação ocorrida no passado.
- D** o ponto inicial de ação ocorrida no passado.
- E** a anterioridade de uma ação em relação a outra.

QUESTÃO 5

Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto 1A1AAA, se o trecho “porque incomoda” (l.22) fosse substituído por

- A** **porquanto incomoda**.
- B** **à medida que incomoda**.
- C** **a par de incomodar**.
- D** **consoante incommode**.
- E** **uma vez que incommode**.

QUESTÃO 6

Assinale a opção que apresenta trecho do texto 1A1AAA que expressa uma ideia de comparação.

- A** “mas também um crime moral” (l.3)
- B** “mais do que infringir uma legalidade cívica” (l.18)
- C** “a quem ela não diz respeito” (l.23)
- D** “o que é intolerável e chocante” (l.26)
- E** “que a tradição materialista sistematizou sob o nome de totalidade” (l. 36 e 37)

Texto 1A1BBB

- 1 Após meses de sofrimento e solidão chega o correio:
- esta corrente veio da Venezuela escrita por Salomão Fuais para correr mundo
- 4 faça vinte e quatro cópias e mande a amigos em lugares distantes: antes de nove dias terá surpresa, graças a Santo Antônio.
- 7 Tem vinte e quatro cópias, mas não tem amigos distantes, José Edouard, Exército venezuelano, esqueceu de distribuir cópias, perdeu o emprego.
- 10 Lupin Gobery incendiou cópia, casa pegou fogo, metade da família morreu.

Mandar então a amigos em lugares próximos.
13 Também não tem amigos em lugares próximos.

Fecha a casa.
Deitado na cama, espera surpresa.

Rubem Fonseca. *Corrente*. In: *Contos reunidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 324.

QUESTÃO 7

A respeito dos aspectos estruturais e linguísticos do texto 1A1BBB, assinale a opção correta.

- A** Nos trechos “chega o correio” (ℓ.1), “Fecha a casa” (ℓ.14) e “espera surpresa” (ℓ.15), os elementos “correio”, “casa” e “surpresa” exercem a mesma função sintática.
- B** A mensagem da corrente apresenta-se em forma de citação no interior do conto, da linha 2 à linha 11.
- C** Nas linhas 12 e 13, é apresentada a conclusão da mensagem da corrente.
- D** O texto desenvolve-se, predominantemente, com base em relações de causa e consequência.
- E** Na corrente predomina o uso de construções passivas para caracterizar os infortúnios decorrentes do descumprimento da mensagem.

QUESTÃO 8

O diretor de uma montadora de veículos necessita tomar uma decisão acerca da continuidade ou não de um dos produtos vendidos no Brasil. Para tanto, solicitou um relatório sobre as vendas de carros da marca do último trimestre de 2018, por faixa de preço, região, modelo e cor. Nessa situação, no contexto de análise da informação, o relatório representa

- A** conhecimento.
B inteligência.
C dados.
D informação.
E sabedoria.

QUESTÃO 9

Considerando os conceitos de banco de dados relacionais, assinale a opção correta a respeito das propriedades de uma tupla.

- A** A tupla tem o mesmo significado e as mesmas propriedades de uma tabela.
- B** Os componentes de uma tupla são ordenados da esquerda para a direita.
- C** Cada tupla contém exatamente um valor para cada um de seus atributos.
- D** Um subconjunto de uma tupla não é considerado uma tupla.
- E** Uma tupla nunca é vazia, seu grau pode variar de 1 até n .

QUESTÃO 10

A respeito de entidades, relacionamentos e tipos de chave, assinale a opção correta.

- A** Uma entidade fraca não possui seus próprios atributos chave.
- B** Toda relação deve possuir somente uma chave primária de atributo único.
- C** Um identificador ou chave é usado para determinar exclusivamente uma instância de um relacionamento entre entidades.
- D** A abordagem entidade-relacionamento permite somente relacionamentos binários e dos tipos 1:1 e 1:n.
- E** Uma entidade forte existe no banco de dados e possui atributos que a identificam sem que ela precise estar associada a outra entidade identificadora.

QUESTÃO 11

Acerca de modelagem dimensional, assinale a opção correta.

- A** As granularidades fundamentais para classificar todas as tabelas fato de um modelo dimensional são: transacional, *snapshot* periódico e *snapshot* acumulado.
- B** Os fatos e dimensões não são tabelas do banco de dados, pois, no modelo dimensional, são componentes do cubo de um *data warehouse*.
- C** No modelo estrela, as dimensões são normalizadas para tornar mais ágeis as consultas analíticas.
- D** O modelo floco de neve (SnowFlake) aumenta o espaço de armazenamento dos dados dimensionais, pois acrescenta várias tabelas ao modelo, todavia torna mais simples a navegação por *software* que utilizarão o banco de dados.
- E** Os códigos e as descrições associadas, usadas como nomes de colunas em relatórios e como filtros em consultas, não devem ser gravados em tabelas dimensionais.

QUESTÃO 12

Assinale a opção correta a respeito do CRISP-DM.

- A** CRISP-DM é uma suíte de ferramentas proprietárias que vem se tornando um padrão da indústria para mineração de dados, uma vez que fornece um plano completo e tecnologias para a realização de um projeto de mineração de dados.
- B** A verificação da qualidade dos dados é uma atividade da fase de entendimento dos dados.
- C** Durante a fase de preparação dos dados, é realizado um inventário de requisitos, suposições e restrições de recursos.
- D** Na fase de avaliação dos dados, são realizadas as atividades de identificar valores especiais dos dados e catalogar seu significado.
- E** Na fase de preparação dos dados, são realizadas as atividades de analisar o potencial de implantação de cada resultado e estimar o potencial de melhoria do processo atual.

QUESTÃO 13

A respeito das técnicas e(ou) métodos de mineração de dados, assinale a opção correta.

- A O agrupamento (ou *clustering*) realiza identificação de grupos de dados que apresentam coocorrência.
- B A classificação realiza o aprendizado de uma função que pode ser usada para mapear os valores associados aos dados em um ou mais valores reais.
- C A regressão ou predição promove o aprendizado de uma função que pode ser usada para mapear dados em uma de várias classes discretas definidas previamente, bem como encontrar tendências que possam ser usadas para entender e explorar padrões de comportamento dos dados.
- D As regras de associação identificam grupos de dados, em que os dados têm características semelhantes aos do mesmo grupo e os grupos têm características diferentes entre si.
- E Os métodos de classificação supervisionada podem ser embasados em separabilidade (entropia), utilizando árvores de decisão e variantes, e em particionamento, utilizando SVM (*support vector machines*).

QUESTÃO 14

Acerca de *big data*, assinale a opção correta.

- A A utilização de *big data* nas organizações não é capaz de transformar os seus processos de gestão e cultura.
- B Sistemas de recomendação são métodos baseados em computação distribuída, que proveem uma interface para programação de *clusters*, a fim de recomendar os tipos certos de dados e processar grandes volumes de dados.
- C Pode-se recorrer a *software* conhecidos como *scrapers* para coletar automaticamente e visualizar dados que se encontram disponíveis em sítios de navegabilidade ruim ou em bancos de dados difíceis de manipular.
- D As ações inerentes ao processo de preparação de dados incluem detecção de anomalias, deduplicação, desambiguação de entradas e mineração de dados.
- E O termo *big data* se baseia em cinco Vs: velocidade, virtuosidade, volume, vantagem e valor.

QUESTÃO 15

Acerca de visualização e análise exploratória de dados, assinale a opção correta.

- A As variáveis são características que podem ser observadas ou medidas em cada elemento pesquisado, sendo classificadas em inteiras, textuais ou imagens.
- B A entrada de dados deve assumir convenções tais como: os dados devem estar no formato de matriz; cada linha da matriz deve ter pelo menos um atributo identificador; e cada coluna da matriz deve ter um nome distinto.
- C A informação de uma ou mais variáveis que não estiver disponível (por exemplo, falta de resposta, rasura etc.) deve ser marcada (ou indicada) com zero.
- D Um arquivo *CSV* (*comma separated values*), no qual as colunas de um conjunto de dados são separadas por vírgula, pode ser aberto em qualquer editor de texto ou planilha eletrônica.
- E A eliminação completa (*casewise deletion*) consiste em eliminar os arquivos que apresentem mais de um dado perdido.

QUESTÃO 16

O controle destinado a investigar a atividade administrativa bem como o resultado alcançado pelo ato praticado de acordo com a conveniência e oportunidade da administração é denominado controle

- A administrativo.
- B legislativo.
- C de legalidade.
- D de mérito.
- E interno.

QUESTÃO 17

A Carta Magna, em seu art. 74, determina que o sistema de controle interno deve ser mantido pelos três poderes de forma integrada, tendo como um dos seus principais alvos

- A promover a padronização e a consolidação das contas nacionais.
- B exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias bem como dos direitos e haveres da União.
- C apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- D elaborar e executar a programação financeira da União.
- E aplicar, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.

QUESTÃO 18

O exercício direto do controle parlamentar pode ser exercido

- A pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).
- B pelo Poder Judiciário, com a autorização do Senado.
- C pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Ministério Público.
- D pelo Poder Judiciário, com o apoio da Controladoria Geral da República.
- E pelos próprios órgãos do Congresso Nacional, a exemplo das comissões parlamentares.

QUESTÃO 19

O controle da administração pública pelos tribunais de contas

- A compreende, para fins de registro, a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, salvo os de nomeações para os cargos em comissão, bem como os atos de concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- B alcança os órgãos integrantes da administração direta, exceto aqueles que executem atividades meio do Poder Legislativo e do Judiciário.
- C abrange o julgamento anual das contas prestadas pelo presidente da República e a apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- D envolve a aplicação de sanções em casos de ilegalidades ou irregularidades de contas, à exceção das multas, que devem ser aplicadas pelo Judiciário.
- E compreende a legalidade dos atos de que resultem a previsão da receita e a fixação da despesa.

QUESTÃO 20

No que concerne ao controle administrativo, o meio utilizado para denunciar irregularidades feitas na própria administração é denominado

- A pedido de reconsideração.
- B representação.
- C recurso administrativo.
- D revisão.
- E reclamação administrativa.

QUESTÃO 21

O controle jurisdicional da administração pública

- A ocorre apenas em relação aos atos e contratos realizados pela própria administração.
- B reavalia os critérios de conveniência e oportunidade dos atos que sejam privativos do administrador público.
- C pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- D desencadeia-se por provocação e é realizado por juízes dotados de independência.
- E acompanha a realização do ato para verificar a regularidade da formação deste.

QUESTÃO 22

O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo e pelo tribunal de contas compreende

- A a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa.
- B a economicidade, a fim de verificar a boa utilização dos recursos públicos sem envolver questões de mérito.
- C os sistemas de controle externo, o qual compete ao Poder Legislativo com o auxílio da Controladoria Geral da União.
- D a legitimidade das despesas independentemente da ordem de prioridade estabelecida no plano plurianual.
- E a avaliação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

QUESTÃO 23

O controle exercido pelo TCU

- A é constituído por ações como o levantamento, a auditoria, a inspeção bem como o julgamento dos atos considerados ilegais.
- B ocorre unicamente por meio de ofício, se executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- C é complementado pelo controle interno exercido pelos órgãos de fiscalização próprios.
- D estende-se a todas as atividades realizadas pelas agências reguladoras, exceto a avaliação dos atos praticados em relação às concessões de serviço público.
- E abrange os atos do executivo, se exercido de modo prévio, a fim de verificar a legalidade de tais atos.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Complementar n.º 06/1991 — Lei Orgânica do TCM/BA —, no apoio ao controle externo, cabe aos órgãos integrantes do sistema de controle interno

- A apresentar relatórios semestrais da programação orçamentária das unidades administrativas sob seu controle.
- B controlar as operações financeiras do município, com exceção de avais e garantias.
- C comprovar a legalidade das aplicações de recursos públicos por entidades de direito privado sem a emissão de julgamentos de valor.
- D dar ciência à Controladoria Geral da União ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária.
- E realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer.

QUESTÃO 25

Segundo o Regimento Interno do TCM/BA, o controle interno será exercido por esse tribunal

- A em estreita colaboração com a câmara de vereadores do município.
- B pela superintendência geral, por meio do assessor de controle interno.
- C de forma a apoiar as controladorias no exercício da missão desse tribunal.
- D de forma independente do controle externo a cargo do Poder Legislativo.
- E por iniciativa exclusiva da própria administração decorrente do poder de autotutela.

QUESTÃO 26

De acordo com o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o sistema de controle interno das organizações deve seguir determinadas regras e obedecer a certos requisitos, delimitados por uma estrutura integrada. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A A observância estrita das políticas e dos procedimentos é suficiente para se considerar eficaz o controle interno.
- B A estrutura do controle interno proposta pelo COSO está voltada exclusivamente para organizações de grande porte.
- C O COSO, por meio da estrutura de controle interno, busca viabilizar um grau razoável de segurança para os objetivos da entidade.
- D Os objetivos de conformidade se relacionam à eficácia e à eficiência das operações da entidade.
- E O ambiente de controle restringe-se à integridade e aos valores éticos da organização.

QUESTÃO 27

Assinale a opção que apresenta característica da auditoria de regularidade.

- A flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria e métodos de trabalho
- B ampla seleção de métodos de investigação de diferentes áreas do conhecimento, em especial das ciências sociais
- C relatório com aspectos de economicidade e eficiência na aquisição e aplicação dos recursos
- D conclusões expressas sob a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre os demonstrativos financeiros
- E exame da materialidade com base em considerações sobre a natureza ou o contexto do objeto auditado

QUESTÃO 28

No início do planejamento de uma auditoria, a questão crítica é a definição do volume de informações necessário à obtenção de uma segurança razoável. Essa decisão depende

- A do conhecimento específico sobre a atividade da entidade.
- B do tipo de opinião expressada no relatório final.
- C da quantidade de pessoas envolvidas no trabalho de auditoria.
- D da existência de recursos eletrônicos de informação.
- E do conhecimento da legislação aplicável.

QUESTÃO 29

A metodologia de avaliação dos controles internos de determinada entidade, que tem por objetivo garantir a adequação e a consistência desses controles, prevê a execução de diversas etapas, em uma sequência lógica. Nessa avaliação, a última etapa a ser executada consiste na

- A realização de testes de observância das normas internas e legais.
- B execução de entrevistas com os empregados da entidade.
- C elaboração de fluxogramas.
- D identificação dos controles essenciais ao sistema.
- E inspeção física da operação normal da entidade.

QUESTÃO 30

Entre os riscos envolvidos em uma auditoria, o único que existe apenas em função da realização do trabalho de auditoria é o risco

- A residual.
- B de controle.
- C de detecção.
- D de distorção relevante.
- E inerente.

QUESTÃO 31

Na aplicação dos testes de observância, o auditor deve verificar a

- A existência dos componentes patrimoniais em determinada data.
- B existência e a efetividade dos controles internos.
- C ocorrência efetiva das transações contabilmente registradas.
- D conformidade entre os mecanismos de avaliação patrimonial e as normas.
- E existência de eventos ou itens patrimoniais não registrados.

QUESTÃO 32

A categoria de relevância de determinada evidência encontrada pela auditoria depende da

- A objetividade do auditor na obtenção da evidência.
- B efetividade do sistema de controle interno.
- C obtenção da evidência por meio de documentos originais.
- D atuação direta do auditor na obtenção da evidência.
- E natureza dos procedimentos adotados para obter a evidência.

QUESTÃO 33

A matriz de achados de auditoria deve

- A restringir-se às constatações e informações obtidas durante a execução da auditoria.
- B ser elaborada depois da confecção do relatório final de auditoria.
- C conter uma única causa para cada achado de auditoria.
- D conter todas as propostas de deliberação.
- E ser validada mediante de um painel de referência.

QUESTÃO 34

Se, depois de aceitar o trabalho, o auditor tomar conhecimento de que a administração impôs uma limitação ao alcance da auditoria, o auditor, imediatamente, deve

- A emitir relatório com opinião adversa.
- B solicitar que a administração retire a limitação.
- C emitir relatório com ressalva.
- D comunicar o assunto aos responsáveis pela governança.
- E renunciar ao trabalho de auditoria.

QUESTÃO 35

Na documentação de auditoria, deve-se excluir

- A discussões da equipe de auditoria com a administração e com os responsáveis pela governança.
- B informação que possa ser considerada inconsistente com a conclusão final da auditoria.
- C registro de procedimentos de auditoria diferentes dos requeridos pelas normas técnicas.
- D cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.
- E razões específicas para modificações na documentação de auditoria ocorridas após a emissão do relatório.

QUESTÃO 36

Considere que a administração pública deseje desfazer ato administrativo porque determinado destinatário descumpriu condições obrigatórias para que continuasse a desfrutar de determinada situação jurídica. Nessa situação, a administração deverá adotar a seguinte modalidade de desfazimento do ato:

- A invalidação.
- B revogação.
- C cassação.
- D convalidação.
- E ratificação.

QUESTÃO 37

À luz da Lei Estadual n.º 6.677/1994 (Estatuto dos servidores públicos civis do estado da Bahia), a ajuda de custo, as diárias e o transporte recebidos pelo servidor público

- A incorporam-se ao vencimento ou aos proventos do servidor, em qualquer caso.
- B incorporam-se ao vencimento ou aos proventos, nos casos indicados em lei.
- C serão cumulados para efeito de acréscimos futuros, sob o mesmo título.
- D constituem modalidades legais de indenizações.
- E constituem modalidades legais de gratificações.

QUESTÃO 38

Direito administrativo é o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins, de utilidade pública.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito administrativo**. 22.ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 44 (com adaptações).

No fragmento de texto precedente, define-se direito administrativo conforme

- A** a escola do serviço público.
- B** o critério do Poder Executivo.
- C** o critério negativo ou residual.
- D** o critério teleológico.
- E** o critério da administração pública.

QUESTÃO 39

Instaurou-se processo administrativo disciplinar para apurar suposta prática de ato ímprobo por servidor de determinado tribunal de contas. Encerrada a fase de instrução e de defesa do servidor, foi apresentado relatório da comissão processante propondo que lhe fosse aplicada suspensão de sessenta dias. Posteriormente, a autoridade julgadora, em decisão motivada, lavrou decisão impondo ao servidor pena de demissão, por entender ter sido comprovada a prática de ato de improbidade.

Nessa situação hipotética,

- I** a autoridade julgadora não poderia ter agravado a pena indicada no relatório da comissão processante.
- II** a pena de demissão não poderia ter sido aplicada ao servidor, diante da ausência de decisão judicial condenatória em ação de improbidade.
- III** a autoridade estava vinculada quanto à aplicação da pena de demissão.
- IV** cabem pedido de reconsideração e recurso hierárquico em relação à decisão.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 40

A concessão de serviço público

- A** deve ser precedida de licitação, não lhe sendo aplicáveis as hipóteses de dispensa previstas na lei de licitações.
- B** transfere ao concessionário a titularidade do serviço público concedido.
- C** transfere ao concessionário a responsabilidade por prejuízos causados a terceiros, que é subjetiva nesse caso.
- D** prevê a alteração unilateral do contrato pelo poder público no que se refere ao núcleo do objeto do empreendimento.
- E** pressupõe o pagamento de remuneração ao concessionário, sendo vedada a alteração do valor originalmente pactuado.

QUESTÃO 41

À luz das disposições constitucionais e doutrinárias a respeito de cargos e funções públicas, julgue os itens a seguir.

- I** Os cargos e as funções públicas são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, na forma da lei.
- II** Função é o conjunto de atribuições exercidas pelo servidor, sem que lhe corresponda um cargo ou emprego público.
- III** Assim como ocorre com o cargo, o exercício da função exige a prévia realização de concurso público.
- IV** Os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 42

A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo é afastada quando

- A** ausente o dolo.
- B** ausente a culpa.
- C** presente o caso fortuito.
- D** presente a força maior.
- E** presente a culpa concorrente da vítima.

QUESTÃO 43

Conforme a Lei Estadual n.º 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo no estado da Bahia, é delegável

- A** a edição de atos normativos que regulem direitos e deveres dos administrados.
- B** a decisão de recursos administrativos.
- C** a atribuição recebida previamente por delegação, independentemente de autorização expressa.
- D** a atribuição de competência exclusiva da autoridade delegante.
- E** parte do exercício da competência do delegante em razão de circunstância de natureza territorial.

QUESTÃO 44

De acordo com a Lei Estadual n.º 12.209/2011, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que

- A** tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum postulante ou notificado.
- B** tenha cônjuge, companheiro ou parente e afins até segundo grau figurando como advogado do postulante ou do notificado.
- C** seja postulante ou notificado em processo administrativo de objeto análogo.
- D** seja credor ou devedor do postulante ou notificado ou dos seus respectivos cônjuges.
- E** tenha orientado algum dos postulantes acerca do objeto em exame.

QUESTÃO 45

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações), é inexigível a licitação na hipótese de

- A guerra ou grave perturbação da ordem.
- B não acudirem interessados à licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a administração.
- C compras de gêneros perecíveis no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.
- D aquisição de materiais e equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor ou empresa comercial exclusivos.
- E contratação de serviços de publicidade, de natureza singular, com profissionais de notória especialização.

QUESTÃO 46

Conforme disposição expressa da Constituição Federal de 1988 (CF), os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de ilegalidades, devem comunicar ao

- A Conselho Nacional de Justiça, sob pena de responsabilização administrativa pela omissão funcional.
- B Conselho Nacional de Justiça, sob pena de responsabilidade subsidiária pelas ilegalidades.
- C Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária pelas ilegalidades.
- D Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária pelas ilegalidades.
- E Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilização administrativa pela omissão funcional, mas sem responsabilização vinculada à do infrator pelas ilegalidades.

QUESTÃO 47

Após emenda constitucional, a Constituição de determinado estado da Federação passou a definir os crimes de responsabilidade do governador e as respectivas normas de processo e julgamento. A referida emenda é

- A constitucional, devido à autonomia do estado Federado.
- B inconstitucional, por vício de competência.
- C inconstitucional, pois a matéria é reservada ao poder constituinte originário.
- D inconstitucional quanto à definição de crimes de responsabilidade do governador, mas constitucional quanto à definição das normas de processo e julgamento.
- E constitucional quanto à definição de crimes de responsabilidade do governador, mas inconstitucional quanto à definição das normas de processo e julgamento.

QUESTÃO 48

No que se refere ao exercício da competência privativa do presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, assinale a opção correta.

- A O presidente, como chefe de Estado, pode dispor sobre tal matéria mediante medida provisória nos casos de relevância e urgência.
- B O presidente, como chefe de governo, pode dispor sobre tal matéria mediante medida provisória se não houver aumento de despesa.
- C O presidente, como chefe de Estado, pode dispor sobre tal matéria mediante decreto regulamentar de lei prévia, desde que não extrapole os limites da lei e não haja aumento de despesa.
- D O presidente, como chefe de governo, pode dispor sobre tal matéria mediante decreto autônomo, desde que não haja aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- E O presidente, como chefe de governo, pode dispor sobre tal matéria mediante decreto autônomo em caso de urgência, mesmo que a proposta implique aumento de despesa.

QUESTÃO 49

A CF proíbe a deliberação de proposta de emenda constitucional que tenda a abolir

- A a forma federativa de governo, por se tratar de cláusula pétrea expressa.
- B a forma republicana de Estado, por se tratar de cláusula pétrea implícita.
- C a separação dos poderes, por se tratar de cláusula pétrea expressa.
- D o regime democrático e a autonomia municipal, por se tratar de cláusulas pétreas expressas.
- E o sistema presidencialista de governo, por se tratar de cláusula pétrea implícita.

QUESTÃO 50

Acerca dos direitos individuais e coletivos, julgue os itens a seguir.

- I O exercício do direito de reunião em locais abertos ao público depende de prévia autorização da autoridade competente.
- II As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial com trânsito em julgado.
- III As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 51

As comissões parlamentares de inquérito

- A** podem promover diretamente a responsabilidade civil dos infratores, mas não a criminal.
- B** têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, vedada a previsão de outros poderes nos regimentos das casas parlamentares.
- C** devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se for necessário responsabilizar penal ou civilmente os infratores.
- D** podem ser instituídas pelo Senado Federal ou pela Câmara dos Deputados, mas não pelas duas casas conjuntamente.
- E** têm poderes para decretar a quebra de sigilo fiscal, mas não bancário.

QUESTÃO 52

O Poder Legislativo estadual, distrital e municipal no Brasil é

- A** bicameral.
- B** unicameral e exercido, respectivamente, pela assembleia legislativa, pela câmara legislativa e pela câmara municipal.
- C** unicameral nos estados e municípios, e bicameral no Distrito Federal, onde é exercido pela assembleia legislativa e pela câmara dos vereadores.
- D** unicameral e exercido, respectivamente, pela câmara legislativa, pela assembleia legislativa e pela câmara dos vereadores.
- E** unicameral e exercido, respectivamente, pela câmara legislativa, pela câmara dos vereadores e pela assembleia legislativa.

QUESTÃO 53

Pedro ajuizou demanda contra Renato com pedido único de indenização por danos materiais e, em sua defesa, o réu alegou a existência de prescrição. Posteriormente, acolhendo o argumento levantado por Renato, o magistrado pôs termo ao processo por meio de espécie de pronunciamento classificado como

- A** ato meramente ordinatório.
- B** despacho.
- C** decisão interlocutória.
- D** decisão monocrática.
- E** sentença.

QUESTÃO 54

De acordo com a Lei n.º 7.347/1985, são legitimados para propor ação civil pública e também firmar compromisso de ajustamento de conduta com os responsáveis por lesão a interesse coletivo apenas

- A** a defensoria pública e a União.
- B** o Ministério Público e a associação civil.
- C** o partido político e a autarquia.
- D** a empresa pública e o sindicato.
- E** a fundação privada e o município.

QUESTÃO 55

De acordo com norma presente no art. 286, inciso II do Código de Processo Civil (CPC), que trata da prevenção do juízo, devem ser distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza “quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda”. Essa regra objetiva dar efetividade ao princípio

- A** do contraditório.
- B** da inércia.
- C** da unidade.
- D** do juiz natural.
- E** da investidura.

QUESTÃO 56

É possível a utilização de mandado de segurança para impugnar

- A** ato de gestão comercial praticado por empresa pública.
- B** ato normativo que possua efeitos concretos.
- C** sentença transitada em julgado que tenha sido prolatada por juiz impedido.
- D** ato sujeito a recurso administrativo com efeito suspensivo que não exija caução.
- E** qualquer decisão judicial liminar, desde que demonstrada a urgência do impetrante.

QUESTÃO 57

A hipótese que indica conteúdo de sentença de mérito proferida em ação popular, mas sem eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes* é

- A** a carência de ação em razão da ilegitimidade do autor.
- B** o reconhecimento da existência de litispendência.
- C** o julgamento de improcedência por deficiência de prova.
- D** a determinação de obrigação à fazenda pública decorrente de controle judicial de ato administrativo.
- E** a condenação do réu em sede de julgamento antecipado da lide.

QUESTÃO 58

No que concerne ao mandado de injunção, a ação de improbidade administrativa e a ação civil pública, julgue os seguintes itens.

- I Ao tratar das chamadas condições da ação, o atual CPC expressamente se refere a três espécies distintas denominadas de legitimidade, interesse em agir e possibilidade jurídica do pedido.
- II Pode ser utilizada a denominada ação declaratória para interpretação de tese ou questão de direito em abstrato, ou ainda para confirmar a ocorrência de qualquer fato ocorrido na vida do autor.
- III Denomina-se de sucessor processual o terceiro que assume o lugar da parte que vier a falecer no curso de processo que tenha como objeto direito patrimonial transmissível.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 59

O princípio da seguridade social que estabelece a proporcionalidade da contribuição social para o sistema conforme a condição financeira dos seus contribuintes denomina-se

- A universalidade da cobertura e do atendimento.
- B seletividade e distributividade.
- C equidade na forma de participação no custeio.
- D diversidade da base de financiamento.
- E uniformidade e equivalência de benefícios.

QUESTÃO 60

No regime geral da previdência social (RGPS), os benefícios previdenciários acumuláveis são a(s)

- A aposentadoria por tempo de contribuição e a pensão por morte.
- B aposentadoria por idade e o auxílio-doença.
- C aposentadoria por invalidez e o auxílio-doença.
- D aposentadoria por tempo de contribuição e a aposentadoria por invalidez.
- E duas pensões por morte deixadas por cônjuges ou companheiros distintos.

QUESTÃO 61

O RGPS garante aos segurados os benefícios

- A do salário-maternidade, do auxílio-acidente e da pensão por morte.
- B do auxílio-doença, do salário-família e do auxílio-reclusão.
- C da aposentadoria por idade, do salário-maternidade e da pensão por morte.
- D do auxílio-reclusão, do auxílio-acidente e da aposentadoria especial.
- E do auxílio-doença, do salário-maternidade e da aposentadoria por invalidez.

QUESTÃO 62

Mateus, de dezoito anos de idade, empregado de uma empresa privada, e Gustavo, de vinte e três anos de idade, estudante e sem vínculo com a previdência social, vivem em união homoafetiva há três anos, e resolveram adotar uma criança recém-nascida. Considerando que o judiciário tenha deferido a guarda para fins de adoção, o salário-maternidade será

- A indevido tanto para Mateus quanto para Gustavo.
- B devido apenas para Mateus.
- C devido apenas para Gustavo.
- D devido tanto para Mateus quanto para Gustavo.
- E devido somente para o companheiro que comprovar mudança de sexo com autorização judicial e averbação no cartório de registro civil de nascimento.

QUESTÃO 63

Determinado município do estado da Bahia aprovou e instituiu o regime próprio de previdência social (RPPS) para os seus servidores. Após diversos anos de déficit provenientes da má gestão, esse município pretende extinguir o seu regime de previdência. Nesse caso,

- A será vedado ao município extinguir o regime de previdência por ele implementado.
- B será admitida a extinção do regime instituído, desde que haja a anuência dos beneficiários do sistema, sendo transferidos para o RGPS os benefícios até então concedidos pelo regime extinto.
- C será admitida a extinção do regime previdenciário, sendo do município que o instituiu a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a vigência do regime extinto, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão tenham sido implementados anteriormente à sua extinção.
- D a extinção do regime só poderá ser admitida mediante aprovação dos membros dos conselhos administrativo e fiscal da entidade gestora, após estudo de viabilidade econômica, e ainda assim a extinção fica limitada para efeito de concessão de novos benefícios, pois permanecerão sob sua responsabilidade todos os benefícios ativos até então concedidos.
- E será admitida a extinção do regime previdenciário, independentemente da anuência dos seus beneficiários, desde que outro regime de previdência público ou particular aceite incorporar os direitos e as obrigações do regime em extinção.

QUESTÃO 64

Com relação aos segurados, dependentes e período de carência, julgue os itens a seguir.

- I O estudante de ensino superior que formalize contrato de estágio na forma da lei vigente será considerado segurado especial do RGPS.
- II Um secretário municipal de educação que não exerça cargo efetivo no município será considerado segurado obrigatório do RGPS, ainda que o município possua RPPS.
- III Em caso de morte de um segurado do RGPS, o seu enteado fará jus à pensão por morte independentemente da sua idade e da existência de filho biológico, companheiro ou esposa.
- IV O dependente poderá proceder à sua inscrição junto ao INSS quando da sua habilitação a determinado benefício mesmo que isso aconteça após a morte do segurado.
- V O benefício da pensão por morte será devido aos dependentes do segurado, independentemente de carência.

Assinale a opção correta.

- A Estão certos apenas os itens I e II.
- B Estão certos apenas os itens I e III.
- C Estão certos apenas os itens II, IV e V.
- D Estão certos apenas os itens III, IV e V.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 65

O prefeito de determinado município brasileiro encaminhou proposta de lei orçamentária anual contendo apenas as receitas e despesas públicas correntes e, em mensagem à câmara de vereadores, informou que encaminharia no mês seguinte o plano de trabalho do governo referente à política financeira do município.

Nessa situação hipotética, a conduta do prefeito contraria o princípio

- A da universalidade.
- B da unidade.
- C do orçamento-bruto.
- D da anualidade.
- E da exclusividade.

QUESTÃO 66

No regime geral de precatórios, têm preferência sobre os demais débitos

- A as indenizações por invalidez.
- B as requisições de pequeno valor.
- C os débitos referentes à indenização patrimonial.
- D as indenizações por desapropriação.
- E os débitos falimentares.

QUESTÃO 67

Determinado município do estado da Bahia pretende utilizar os recursos e ingressos orçamentários para suprir despesas correntes do município e para realizar investimentos e converter os recursos em bens. Consultado, um auditor do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia alertou ser impossível realizar essas operações de disponibilidade orçamentária com determinados tipos de recursos extraorçamentários.

Nessa situação, o auditor se referiu aos recursos extraorçamentários oriundos de

- A tributos e fiança.
- B consignações em pagamento e operações de crédito.
- C exploração do patrimônio do município e depósitos para garantia.
- D fiança e consignações em pagamento.
- E exploração do patrimônio do município e operações de crédito.

QUESTÃO 68

Após o pagamento de juros de dívida vinda de exercícios anteriores, o gestor de determinado município baiano, verificando que ainda havia disponibilidade de receita, resolveu destinar recursos para a amortização da referida dívida.

Nessa situação hipotética, as despesas orçamentárias para o pagamento dos juros da dívida e para a amortização dessa dívida classificam-se, respectivamente, como

- A despesa de custeio e transferência de capital.
- B despesa de capital e despesa corrente.
- C transferência corrente e transferência de capital.
- D transferência de capital e inversão financeira.
- E despesa de custeio e despesa de capital.

QUESTÃO 69

A sistemática de elaboração orçamentária que exige a justificativa de cada recurso solicitado, sem fixar de antemão um valor orçamentário inicial e sem considerar os valores previstos no orçamento anterior, denomina-se

- A orçamento base zero.
- B orçamento participativo.
- C orçamento-programa.
- D orçamento tradicional.
- E orçamento de desempenho.

QUESTÃO 70

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 a respeito da competência legislativa em matéria de finanças públicas, assinale a opção em que a espécie normativa é adequada à finalidade proposta.

- A definir valor adicionado objetivando cálculo do repasse de ICMS dos estados aos municípios: lei ordinária
- B estabelecer normas sobre a entrega de recursos do imposto sobre a renda da União ao fundo de participação dos municípios: lei ordinária
- C dispor sobre finanças públicas: medida provisória
- D fixar o orçamento anual: lei delegada
- E abrir crédito extraordinário: medida provisória

QUESTÃO 71

A destinação de recursos advindos da arrecadação de impostos ao fundo de participação de estados e municípios constitui uma exceção ao princípio

- A do orçamento bruto.
- B da não afetação.
- C da exclusividade.
- D da unidade.
- E da universalidade.

QUESTÃO 72

Caso um gestor público identifique a necessidade de recursos para aquisição de produtos alimentícios a serem distribuídos à população desabrigada por chuvas e desabamentos, na solução do problema, ante a inexistência de previsão orçamentária, ele deverá solicitar a abertura de

- A quaisquer modalidades de créditos adicionais disponíveis que cubram as despesas não previstas.
- B créditos suplementares que visem à correção de erros e imprevisibilidades no orçamento.
- C créditos especiais que visem à cobertura de dotações insuficientes ou novos programas de governo.
- D créditos extraordinários que visem à cobertura de recursos decorrentes da necessidade de ação imediata do poder público em razão de calamidades imprevistas.
- E autorização legislativa para contratação de operações de crédito que visem à cobertura de dotação não prevista.

Espaço livre

QUESTÃO 73

No Brasil, as despesas orçamentárias são classificadas

- A** como institucionais, se constituídas por dois níveis, que se referem ao órgão e à unidade orçamentária.
- B** como programáticas, se objetivarem eliminar a dupla contagem de recursos transferidos ou descentralizados.
- C** como funcionais, se compostas por função e subfunção; vedada, por exemplo, a combinação de uma função da educação com uma subfunção da saúde.
- D** conforme a natureza, quando alocados os gastos públicos por área de ação governamental.
- E** como econômicas, se separarem os programas de governo em atividade, projeto ou operação especial.

QUESTÃO 74

Durante um mês de um exercício financeiro, um ente registrou as seguintes operações relativas ao caixa.

| despesas em R\$ | | receitas em R\$ | |
|-------------------------------------|---------|---------------------------------|---------|
| salários e encargos | 100.000 | transferências correntes | 150.000 |
| aquisição de impressoras | 80.000 | juros de empréstimos concedidos | 50.000 |
| aquisição de papel para impressoras | 12.000 | operações de crédito | 100.000 |
| aquisição de <i>software</i> | 10.000 | arrecadação tributária | 75.000 |
| obras | 70.000 | alienação de móveis | 40.000 |
| amortização de empréstimos obtidos | 200.000 | | |

Com base nas informações constantes na tabela apresentada, é correto afirmar que os valores referentes às despesas correntes e às receitas de capital são, respectivamente,

- A** 272.000 e 265.000.
- B** 202.000 e 240.000.
- C** 192.000 e 225.000.
- D** 122.000 e 190.000.
- E** 112.000 e 140.000.

QUESTÃO 75

Se um ente público receber dividendos decorrentes da participação societária, essa receita deverá ser classificada como

- A** receita corrente patrimonial.
- B** receita corrente de serviços.
- C** receita corrente de contribuições.
- D** receita de capital de operações de crédito.
- E** outras receitas de capital.

QUESTÃO 76

O objetivo do processo orçamentário é

- A** uniformizar os padrões e procedimentos financeiros relativos de pagamentos e recebimentos públicos.
- B** dar publicidade ao processo de elaboração dos orçamentos públicos.
- C** registrar atos e fatos contábeis fundamentados em normativos legais, almejando controle ao desvio de recursos.
- D** viabilizar, desde a etapa da proposição orçamentária inicial, discussão, aprovação, execução até os procedimentos de controle.
- E** apresentar a execução do orçamento a cada exercício financeiro.

QUESTÃO 77

Caso o Ministério da Justiça transfira créditos orçamentários ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, para a execução de programa legalmente instituído entre as partes, a descentralização ocorrida corresponderá a

- A** destaque.
- B** provisão.
- C** cota.
- D** repasse.
- E** sub-repasse.

QUESTÃO 78

O montante das obrigações financeiras de ente federativo decorrentes da aquisição de bens móveis financiados em prazo superior a doze meses deverá ser enquadrado em

- A** dívida pública mobiliária.
- B** operação de crédito.
- C** concessão de garantias.
- D** derivativo financeiro.
- E** transferência de capital.

QUESTÃO 79

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes federativos deverão contabilizar no limite de despesas com pessoal o somatório dos gastos relativos a pessoal ativo e inativo e pensionistas, incluídos

- A** os respectivos encargos sociais, com exceção dos beneficiários.
- B** os respectivos encargos sociais, exceto os valores relativos a funções públicas e mandatos eletivos.
- C** os valores relativos a funções e cargos eletivos, excetuando-se os respectivos encargos sociais que compõem conta distinta daquela de despesa de pessoal.
- D** os valores relativos a funções públicas e mandatos eletivos, acrescidos dos respectivos encargos sociais.
- E** os respectivos encargos sociais, afóra os valores de contribuições pagas para fins de previdência.

QUESTÃO 80

Se um estado brasileiro descumprir o envio de suas contas à União no prazo estabelecido em lei, além de ferir os aspectos relativos à transparência na gestão, o ente poderá ser punido com

- A** multa pecuniária, independentemente do prazo de regularização da situação.
- B** proibição de refinanciamento do principal da dívida mobiliária, até o prazo de regularização da situação.
- C** proibição de emissão de títulos públicos, até o final do exercício financeiro.
- D** impedimento para receber transferências voluntárias, até a regularização da situação.
- E** o estabelecimento de limite percentual sobre a receita corrente líquida para contratação de operação de crédito, até que a situação seja regularizada.

Espaço livre

Tabela 1A5AAA

Determinado estado da Federação, durante o exercício de 2017, registrou os eventos apresentados na tabela seguinte.

| evento | valor (R\$) |
|--|-------------|
| devolução de cauções | 260 |
| aquisição de ações de um banco privado pagas no exercício | 340 |
| recebimento de contrato de permissão de uso | 500 |
| pagamento de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária | 430 |
| aluguel recebido | 200 |
| recebimento de impostos lançados no exercício anterior | 150 |
| empenho da folha de pessoal | 800 |
| liquidação de convênio com município para construção de estradas | 320 |
| doação recebida de instituições privadas para construção de casas | 190 |
| amortização de empréstimos | 410 |
| inscrição de restos a pagar do exercício | 170 |
| retenção de contribuição para o INSS em folha de pagamento | 110 |
| recebimento referente à venda de imóveis usados | 900 |
| recebimento de <i>royalties</i> de petróleo | 350 |
| empenho de juros e encargos da dívida | 270 |
| amortização da dívida | 610 |
| lançamento de impostos | 430 |
| indenização e restituição recebidas | 540 |
| recebimento referente à alienação de títulos mobiliários | 220 |
| pagamento referente à construção de escolas, empenhado no exercício anterior | 280 |
| recebimento de empréstimos obtidos junto ao FMI | 490 |
| arrecadação de dívida ativa não tributária | 680 |

QUESTÃO 81

De acordo com os dados apresentados na tabela 1A5AAA, o total da receita orçamentária corrente do exercício de 2017 foi de

- A R\$ 1.380.
- B R\$ 1.600.
- C R\$ 2.270.
- D R\$ 2.420.
- E R\$ 2.640.

QUESTÃO 82

Segundo os dados apresentados na tabela 1A5AAA, o total da receita extraorçamentária do exercício de 2017 foi de

- A R\$ 170.
- B R\$ 280.
- C R\$ 500.
- D R\$ 710.
- E R\$ 820.

QUESTÃO 83

Conforme os dados apresentados na tabela 1A5AAA, o total dos dispêndios extraorçamentários do exercício de 2017 foi igual a

- A R\$ 260.
- B R\$ 370.
- C R\$ 690.
- D R\$ 970.
- E R\$ 1.080.

QUESTÃO 84

Ainda de acordo com os dados apresentados na tabela 1A5AAA, o total da despesa orçamentária realizada do exercício de 2017 foi de

- A R\$ 1.680.
- B R\$ 1.800.
- C R\$ 2.000.
- D R\$ 2.280.
- E R\$ 2.690.

QUESTÃO 85

Determinado estado da Federação possui um terreno próprio avaliado em R\$ 10.000 e, nele, construiu uma escola pública de ensino médio para 600 alunos, cujos gastos são os seguintes:

- valor da folha de pessoal mensal igual a R\$ 58.000;
- valor referente ao total mensal das contas de energia, água e telefone igual a R\$ 16.000;
- aquisição de equipamentos e móveis no valor de R\$ 80.900, cuja depreciação mensal é de R\$ 2.500;
- construção da escola no valor de R\$ 281.100, com depreciação mensal de R\$ 1.500 (incluído o terreno).

Considerando-se que, nas escolas particulares similares do bairro, com capacidade para o mesmo quantitativo de alunos, é cobrado o equivalente a R\$ 750/mês por aluno, ao se realizar a avaliação da decisão de construção da escola pública sob a ótica do resultado econômico, é correto afirmar que, mensalmente, há

- A prejuízo econômico de R\$ 4.000.
- B prejuízo econômico de R\$ 74.000.
- C resultado econômico de equilíbrio.
- D lucro econômico de R\$ 78.000.
- E lucro econômico de R\$ 372.000.

QUESTÃO 86

Na demonstração das variações patrimoniais, o provisionamento de precatórios deverá ser registrado como variação

- A quantitativa aumentativa.
- B quantitativa diminutiva.
- C qualitativa aumentativa.
- D qualitativa diminutiva.
- E financeira aumentativa.

Espaço livre

QUESTÃO 87

Determinado laboratório farmacêutico pertencente à administração direta produz medicamentos para serem vendidos a preços populares em farmácia própria.

Tendo em vista que não haviam sido registrados ajustes para redução ao valor realizável líquido ou ajustes a valor presente nos estoques, o referido ente apresentou os seguintes dados, em reais, necessários à avaliação dos seus estoques de medicamentos.

| item | custo de produção | preço de venda estimado | despesa necessária à venda | preço de concorrentes no mercado |
|-----------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| comprimido analgésico | 150 | 220 | 10 | 250 |
| pomada antialérgica | 230 | 190 | 25 | 200 |
| antitérmico infantil | 70 | 95 | 5 | 90 |

A partir dos dados apresentados, sabendo-se que esses eram os únicos itens existentes, é correto afirmar que o valor total dos estoques a ser registrado será de

- A** R\$ 375.
- B** R\$ 385.
- C** R\$ 450.
- D** R\$ 465.
- E** R\$ 510.

QUESTÃO 88

Um ente público registrou os seguintes eventos durante a execução orçamentária de determinado exercício.

| evento | valor (R\$) |
|--|-------------|
| inscrição em dívida ativa de tributo lançado e reconhecido no exercício anterior | 500 |
| reconhecimento de variação cambial negativa de contrato de manutenção de equipamentos firmado em moeda estrangeira | 250 |
| pagamento a servidor de parcela referente ao plano de saúde do exercício anterior, em razão de só ter sido apresentada documentação referente ao ressarcimento no presente exercício | 300 |

Considerando apenas esses eventos, o reconhecimento e a evidenciação na demonstração das variações patrimoniais, sob o enfoque

- A** patrimonial, consistirá no registro de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de R\$ 750.
- B** orçamentário, consistirá no registro de variações patrimoniais aumentativas (VPA) de R\$ 500.
- C** patrimonial, consistirá no registro de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de R\$ 500.
- D** orçamentário, consistirá no registro de variações patrimoniais aumentativas (VPA) de R\$ 550.
- E** patrimonial, consistirá no registro de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de R\$ 550.

Texto 1A5AAA

Os eventos a seguir ocorreram com determinado ente público da administração direta.

- I Em janeiro de 2017, o ente verificou que o seu contrato de aluguel, vencido em setembro de 2016, não havia sido renovado, as mensalidades de setembro a dezembro não foram pagas e, mesmo assim, a desocupação do imóvel só ocorreu em 1.º/1/2017.
- II Em 31/12/2017, após realizar o levantamento dos ativos de longo prazo, encontrou-se a situação apresentada na tabela seguinte, cujos valores estão em reais.

| item | valor de compra | depreciação/amortização acumulada | valor de mercado | despesa para venda | valor em uso do bem |
|----------------------------|-----------------|-----------------------------------|------------------|--------------------|---------------------|
| terreno mantido p/ aluguel | 15.000 | 3.500 | 14.000 | 2.000 | 14.500 |
| prédio da sede do ente | 23.000 | 9.800 | 30.000 | 19.000 | 12.500 |
| software de gestão | 5.000 | 2.500 | 4.800 | 1.000 | 4.500 |

QUESTÃO 89

Com base nos dados apresentados no texto 1A5AAA, assinale a opção correta em relação ao reconhecimento dos eventos I e II no balanço patrimonial.

- A** Deverão ser registrados, respectivamente, uma provisão no passivo e um ajuste para perda de valor recuperável no ativo.
- B** Deverá ser registrado um passivo contingente e não haverá ajuste para perda de valor recuperável no ativo.
- C** Deverão ser registrados, respectivamente, um passivo contingente e um ajuste para perda de valor recuperável no ativo.
- D** Deverão ser registrados, respectivamente, um passivo e um ajuste para perda de valor recuperável no ativo.
- E** Deverá ser registrado um passivo e não haverá ajuste para perda de valor recuperável no ativo.

QUESTÃO 90

Considerando-se apenas os eventos citados no texto 1A5AAA, no que concerne à análise de balanços públicos levantados em 31/12/2017, após os ajustes necessários para o encerramento do exercício, é correto afirmar que esses eventos contribuíram para

- A** a diminuição do resultado da execução orçamentária e o aumento do resultado patrimonial do exercício.
- B** o aumento do resultado da execução orçamentária e o aumento do resultado patrimonial do exercício.
- C** a diminuição do resultado da execução orçamentária e a diminuição do resultado patrimonial do exercício.
- D** o aumento do resultado da execução financeira e a diminuição do resultado patrimonial do exercício.
- E** a manutenção do resultado da execução financeira e o aumento do resultado patrimonial do exercício.

QUESTÃO 91

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na demonstração de fluxos de caixa, quando do pagamento de empréstimo bancário, a parcela relativa a juros e a parcela relativa a amortização do principal classificam-se como

- A** atividade operacional e atividade de investimento, respectivamente.
- B** atividade de investimento e atividade de financiamento, respectivamente.
- C** atividade operacional e atividade de financiamento, respectivamente.
- D** atividade de financiamento, em ambos os casos.
- E** atividade operacional, em ambos os casos.

QUESTÃO 92

De acordo com o CPC, constitui exemplo de fluxo de caixa associado a atividades de investimento

- A** o pagamento a fornecedores de mercadorias e serviços.
- B** o recebimento de caixa decorrente de *royalties*.
- C** o recebimento de caixa por seguradora de prêmios e sinistros.
- D** o ganho ou a perda na alienação de imóveis.
- E** o pagamento a empregados ou por conta de empregados.

QUESTÃO 93

Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade de sua ocorrência for

- A** igual a 20%.
- B** superior a 20% e inferior a 30%.
- C** superior a 30% e inferior a 40%.
- D** superior a 40% e inferior a 50%.
- E** superior a 50%.

QUESTÃO 94

A mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período, vinda de transações e outros eventos não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários é evidenciada pela demonstração contábil

- A** de origem e aplicação de recursos.
- B** dos fluxos de caixa.
- C** do valor adicionado.
- D** dos resultados abrangentes.
- E** de mutação do patrimônio líquido.

QUESTÃO 95

A mensuração do valor justo de um ativo já registrado relaciona-se

- A** ao ponto de vista de um participante da gestão.
- B** às premissas sobre risco, envolvendo a precificação.
- C** ao total em nota fiscal de entrada na data da compra.
- D** ao preço de transferência entre empresas coligadas.
- E** à ausência de estimativa do mercado para a precificação.

Espaço livre

QUESTÃO 96

Conforme o disposto na Lei n.º 6.404/1976, a participação de empregados no resultado líquido da empresa será efetivada se houver

- A** saldo positivo após a dedução de prejuízos e imposto sobre a renda.
- B** constituição de reserva de lucros anterior à referida participação.
- C** proposta de distribuição de resultado líquido do exercício.
- D** constituição de reserva de legal anteriormente à referida participação.
- E** constituição de reserva para contingências anteriormente à referida participação.

QUESTÃO 97

A empresa Catex S.A., quando da finalização de seu resultado ao final do ano, apresentava lucro de R\$ 288.500, antes do imposto sobre a renda, o qual seria de R\$ 43.275. Na empresa, há acordo de participação nos resultados para empregados e diretores nos percentuais de 10% e 5%, respectivamente.

Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto na Lei n.º 6.404/1976, o valor total a ser distribuído aos diretores é igual a

- A** R\$ 11.035,13.
- B** R\$ 14.425,00.
- C** R\$ 12.261,25.
- D** R\$ 24.522,50.
- E** R\$ 28.850,00.

QUESTÃO 98

Segundo o CPC 36, as demonstrações consolidadas devem ser apresentadas pela empresa

- A** coligada sem controle acionário.
- B** investida de grande porte.
- C** investidora sem controle acionário.
- D** investida de médio porte.
- E** investidora com controle acionário.

QUESTÃO 99

Conforme alteração introduzida na Lei n.º 6.404/1976 pela Lei n.º 11.638/2007, determinada demonstração contábil passou a ser optativa para as companhias abertas. A referida demonstração contábil é o(a)

- A** balanço patrimonial.
- B** demonstração de resultado do exercício.
- C** demonstração dos fluxos de caixa.
- D** demonstração de origens e aplicações de recursos.
- E** demonstração do valor adicionado.

QUESTÃO 100

Considere que o estatuto de determinada companhia aberta seja omissivo quanto à distribuição de dividendos. Nesse caso, a Lei n.º 6.404/1976 prevê que, após a constituição das reservas, sobre o lucro líquido do exercício, os acionistas terão direito a

- A** 10%.
- B** 20%.
- C** 35%.
- D** 45%.
- E** 50%.